



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** : 10620.000317/2001-91  
**Recurso nº** : 129.126  
**Sessão de** : 10 de agosto de 2005  
**Recorrente** : AGRO PECUÁRIA JOGIL LTDA.  
**Recorrida** : DRJ/BRASÍLIA-DF

**R E S O L U Ç Ã O Nº 303-01.058**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência nos termos do voto do relator, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANELISE DAUDT PRIETO  
Presidente

ZENALDO LOIBMAN  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Nanci Gama, Sérgio de Castro Neves, Marciel Eder Costa, Nilton Luiz Bartoli, Tarásio Campelo Borges e Davi Machado Evangelista (Suplente). Ausente o Conselheiro Silvio Marcos Barcelos Fiúza. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

## RELATÓRIO

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado em 08/06/2001 o auto de infração para exigir o ITR/1997 acrescido de multa de ofício e juros, com relação ao imóvel rural, cadastro nº 0.337.328-2, denominado "Fazenda Jogil" com área total de 8.677,9 hectares, localizada no município de Carbonita/MG.

A ação fiscal teve início em 05/04/2001, houve intimação para que o interessado apresentasse entre outros documentos:

1. Cópia do ADA ou seu protocolo de requerimento junto ao IBAMA para reconhecimento das áreas declaradas como de preservação permanente e/ou de utilização limitada, bem como laudo técnico competente acompanhado de ART/CREA ;
2. Fornecer cópia da matrícula do imóvel no CRI competente com indicação da averbação da área de reserva legal se for o caso;
3. Justificar o VTN declarado mediante laudo técnico de avaliação competente.

A interessada não adotou nenhuma providência. Diante disso a fiscalização considerou como não comprovadas a averbação da área de reserva legal, a área utilizada com produtos vegetais e o valor da terra nua do imóvel.

Foi lavrado o auto de infração glosando as referidas áreas inicialmente declaradas a título de reserva legal (4.693,3 ha), de produtos vegetais (1.250,0 hectares), além de desconsiderar o VTN declarado, tendo arbitrado novo valor com base em preços de terras levantados pela Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG (fls.22/23, tendo sido adotado para a Fazenda Jogil o valor de R\$ 48,50 por hectare, com relação ao ITR/97, correspondente a 50% do menor valor por hectare atribuído no Estado de MG (regiões do Jequitinhonha e Norte- R\$ 97,0/há), sugerido pela FAEMG com base na Circular 47/97 para fins do ITR/97. Das glosas e alterações promovidas resultou o lançamento de imposto suplementar no valor de R\$ 82.644,81, conforme demonstrado às fls. 05.

Após ciência da autuação o contribuinte impugnou tempestivamente o lançamento com os termos constantes destes autos às fls. 31/34, com a documentação de fls. 36/70. Posteriormente atendendo intimação da DRF/Curvelo foram anexados os documentos de fls.72/77; argumenta principalmente que:



Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

1. O laudo técnico em anexo explicita a ocupação do imóvel, retrata desde a situação das áreas de preservação ambiental até as de utilização econômica (atividades de pecuária e agricultura).

2. Em anexo também estão três Termos de Responsabilidade de Preservação de Floresta, firmado perante o IEF/MG, comprovando as áreas averbadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis, em 1988 e 1992;

3. Quanto ao VTN, deve se enfatizar que as terras estão situadas na região do Alto Jequitinhonha, no Polígono das Secas, área sob jurisdição da ex-SUDENE, onde foram implantados desde a década de setenta os chamados “distritos florestais”. Terras de chapadas que antes eram livres e desocupadas, servindo apenas para a “apanha” de pequi na época da safra, passaram a integrar os distritos e foram destinadas a projetos específicos. O laudo de avaliação apresentado foi subsidiado pelos critérios técnicos da vistoria *in loco*.

4. O valor dessas terras, na maioria chapadas e grotões, era irrigório, sendo a maior parte de terras devolutas e de classe inferior. O vale do Jequitinhonha é mais conhecido como vale da miséria, com exceção de raríssimos casos de determinadas propriedades supervvalorizadas em razão de projetos que nas décadas seguintes se tornaram vitoriosos. As glebas que compõem o imóvel da impugnante, adquiridas na década de oitenta, estiveram na faixa de valoração de US\$ 1,00 a 3,00 por hectare à época. A referência ao dólar era feito em razão da alta inflação naqueles dias. Anexa o demonstrativo analítico baseado na tributação de 1984, então a cargo do INCRA, acompanhado da pauta de cotação do dólar e do talão referente ao ITR/84 que espelham o raciocínio aqui exposto.

Pede o cancelamento da autuação, e que seja acolhida uma nova declaração do ITR/97 com base no laudo apresentado.

A DRJ/Brasília, através da 1ª Turma de Julgamento, por unanimidade de votos, decidiu pela **procedência em parte do lançamento**.

A decisão DRJ, conforme se vê às fls. 82/90, se sustentou nas seguintes alegações principais:

1. Quanto ao VTN, a Lei 9.393/96, em seu art. 14 determina que no caso de subavaliação a SRF procederá à determinação do valor com base em informações de preços de terras e dados da área total, área tributável e grau de utilização do imóvel apurados em procedimento de fiscalização.

As informações sobre preços de terras devem observar os critérios previstos no art. 12, § 1º, II, da Lei 8.629/93 e devem considerar os levantamentos realizados pelas Secretarias de Agricultura dos Estados ou dos Municípios.



Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

2. Em face da não apresentação de documentos hábeis a justificar o VTN declarado na DIAT (R\$52.100,00), a fiscalização arbitrou novo VTN (R\$ 420.878,15,0) com base em levantamento de preços de terras realizado pela Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais, em sua Circular 47/97 (fls. 27/28). A NE conjunta COFIS/CORAT nº3/2001 dispõe que o VTN deve ser comprovado mediante laudo técnico de avaliação acompanhado de ART/CREA com os requisitos da NBR 8799/85, da ABNT, com indicação das fontes pesquisadas, de modo a permitir a confirmação e convicção quanto ao valor declarado. A avaliação até pode ser efetuada pelas Fazendas Públicas Estaduais (Exatorias) ou Municipais, assim como pela EMATER, desde que observem os requisitos acima mencionados.

3. No caso concreto, o laudo não se atém às normas da ABNT, principalmente não observa a NBR 8.799/85, itens 4,6 e 7, e notadamente o item 10.2, quanto ao nível de precisão, pesquisa de valores, indicação das fontes, dos elementos de comparação com outros imóveis , indicação da data da avaliação, plantas, fotografias, pesquisa de valores, etc.O laudo não foi aceito nem pela fiscalização nem pela DRJ .

4. Chama a atenção que o VTN declarado na DITR/97, de R\$ 6,01/ha, é por si só irrisório, justificando a glosa e o lançamento de ofício.Também não há cabimento em indicar o VTN referenciado no dólar em jan/84 ou qualquer outra moeda estrangeira.a DITR foi entregue em 04/08/1998 e se referia à situação do imóvel em 01/01/1997 quando a economia do país já estava estabilizada, desde julho de 1994.

O VTN mínimo por hectare fixado pela SRF para o exercício de 1996, por meio da IN SRF 58/96, em relação ao município de Carbonita/MG, foi de R\$ 70,58, valor bem abaixo foi arbitrado pela fiscalização (R\$ 48,50 por hectare).O valor irrisório declarado, e não comprovado, deve ser afastado e confirmado o valor arbitrado pela fiscalização.

5. A área declarada como utilizada com produção vegetal, de 1.250,0 hectares não teve sua existência comprovada. Ressalta-se que as declarações, de Produtor Rural, apresentadas para justificar o rebanho e as áreas com produtos vegetais se referem ao ano de 1995, e não se prestam à comprovação dos dados referentes à declaração do ITR/97.

6. Sobre a área de reserva legal de 4.693,3 ha, foram apresentados documentos hábeis e idôneos para comprovação desse dado bem como quanto à averbação tempestiva junto à matrícula do imóvel, de forma que cabe restabelecer a área declarada a título de reserva legal.

Irresignado o contribuinte apresentou tempestivamente o seu recurso voluntário, constante às fls. 94/104, dirigido ao Conselho de Contribuintes, no qual estão as seguintes alegações principais:



Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

1. A decisão recorrida afirma que o laudo de avaliação está em desacordo com os rigores da NBR 8799/85, entretanto, constata-se que o referido laudo foi realizado na forma expedita, portanto nos termos da NBR; ademais o quadro de valores apresentado junto com a impugnação foi desprezado, o qual retrata de forma cristalina os valores aferidos. Todavia, para alcançar melhor convicção, foi solicitado ao "expert" que elaborou o laudo original, que elaborasse novo laudo utilizando-se agora do método direto comparativo, precisão de nível normal, com os elementos que contribuem para formar a convicção de valor apresentado de forma resumida. O novo laudo está em anexo.

2. O VTN declarado não foi irrisório, baseou-se em dados a cargo do INCRA, e não se pode desprezar o acervo histórico que acompanha o caso; alguns valores passados referentes ao VTN, aferidos anteriormente pelo INCRA para a propriedade (ver fls.75) justificam o valor declarado;

3. Quanto à área utilizada com produção vegetal, embora não se tenha reconhecido as declarações de Produtor Rural, tal procedimento é imperativo. Observe-se que a NE nº 9900004, somente editada em 1999, não deve ser aplicada para o exercício do ITR/97 como regra. Se a referida norma está sendo retroativamente aplicada para disciplinar elemento de prova, é natural que se aceite, na mesma linha de raciocínio, a declaração de produtor rural apresentada, que é do ano de 1996, portanto à luz do art.3º,II, da Lei 9.784/99, é passível de servir como prova.

4. O laudo técnico comprova a declaração realizada de 1.250,0 hectares utilizados para a produção vegetal. O laudo é datado de 11092003 e já foi objeto de apreciação da SRF, sendo reconhecido quanto à distribuição das áreas do imóvel, resultando num GU de 74,6%, levando à alíquota de 3% sobre o VTN. Há também que se considerar que a declaração no exercício de 1998 em relação aos produtos vegetais na mesma propriedade e nos mesmos moldes foi aceita sem qualquer reserva, e seria um descompasso a sua não aceitação com relação ao exercício de 1997.

Pede a anulação do auto de infração.

A DRF/Curvelo/MG atesta às fls. 123 que o arrolamento de bens para garantia da instância recursal está sendo controlado mediante o processo nº 10620.001.206/2003-64.

É o relatório.



Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

## VOTO

Conselheiro Zenaldo Loibman, Relator

Estão presentes os requisitos de admissibilidade do recurso voluntário e se trata de matéria da competência do Terceiro Conselho de Contribuintes.

As questões que permanecem são duas: A primeira diz respeito a uma área utilizada para produção vegetal desconsiderada pela DRJ por falta de documentação comprobatória referente ao período-base de 1996. A segunda, diz respeito ao valor do VTN a ser considerado como base de cálculo do ITR/97.

Sobre a primeira questão que diz respeito à área utilizada para produção vegetal, diga-se que em princípio , com base no art.10,V,a,da Lei 9.393/96, a área plantada com produtos vegetais deve ser considerada como área efetivamente utilizada.

Entretanto no caso concreto a lide quanto a este ponto se estabeleceu em torno da comprovação de tais áreas. O contribuinte pretendeu comprovar a utilização dessa área por meio de declaração de produtor rural referenciada ao ano-base de 1995, e além disso tais declarações, embora identifiquem como produtor rural a Agropecuária Jogil, não especificam a que fazenda (propriedade rural) se referem.

Somente perante esta Câmara o mesmo contribuinte já se apresentou como proprietário de três fazendas distintas: Ventania, Jogil e Giboia Tamboril. Sendo que no recurso voluntário nº 129.132, às fls. 84, ainda se refere a uma quarta fazenda, a Pouso de Trás, pois bem, o interessado nem sequer especificou nas referidas declarações de produtor rural em quais fazendas, e em quais áreas relativas a cada uma delas, se produziriam aqueles produtos.

Houve vários processos decorrentes de diversas autuações nas várias fazendas, e ainda assim o interessado não logrou juntar informação adequada ao fim de comprovar a utilização de áreas com produtos vegetais especificamente na Fazenda Giboia Tamboril, ao longo do ano de 1996 (e não em 1995).

A recorrente pretendeu até utilizar em outro processo o mesmo documento a título de declaração do produtor, exatamente a mesma informação, anacrônica e genérica, juntada aos presentes autos referente ao ano de 1995, e sem especificar em quais propriedades se considerou o plantio.



Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

Sobre o VTN a ser utilizado como base de cálculo do ITR, antes de qualquer comentário faz-se imprescindível registrar que para esta mesma sessão de julgamento estiveram pautados, além deste recurso, outros três recursos referentes à mesma interessada Agropecuária Jogil Ltda, respectivamente de nº 129.123, 129.124(com relação à mesma Fazenda Jogil) e 129.132, todos referentes ao ITR de propriedades rurais situadas numa mesma região geográfica, no mesmo município do Estado de Minas Gerais, no vale do Jequitinhonha.

É importante destacar que a mesma Seção de Fiscalização da DRF/Curvelo, em agosto/2001, efetuou lançamentos referentes ao ITR/97 para outras fazendas do mesmo contribuinte, a saber, para as terras da Fazenda Jogil , para a Fazenda Ventania e para a Fazenda Gibóia Tamboril, situadas na mesma região, arbitrando o valor do VTN, com base em informação da Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), em R\$ 48,50/hectare.

Conforme consta da descrição dos fatos nos autos de infração para as fiscalizações referentes ao ITR/1997, realizadas em 2001, a fiscalização da DRF/Curvelo, em relação à Fazenda Jogil, resolveu ainda atenuar o valor informado pela FAEMG como valor médio a ser atribuído às terras do Vale do Jequitinhonha, e reduziu o valor informado em 50%. Assim embora tivesse a FAEMG indicado como valor médio para a região de situação da propriedade rural o VTN de 97,00/hectare, a DRF/Curvelo arbitrou a base de cálculo do ITR/97 para as referidas propriedades da Agropecuária Jogil Ltda. o VTN de R\$ 48,50/hectare.

No entanto a mesma Seção de Fiscalização, da mesma DRF/Curvelo, em 2002, sem maiores explicações, apenas fazendo citação genérica a dados colhidos num sistema denominado SIPT, sem declinar razões específicas, pretendeu aumentar a avaliação do VTN do município de Carbonita/MG de R\$48,50/hectare,arbitrado com relação ao lançamento do ITR/97, para R\$ 102,70/hectare a ser considerado no lançamento do ITR/98.

Afirma-se que a base de dados desse sistema SIPT é alimentada com informações das secretarias de agricultura dos estados e municípios, mas por outro lado essas secretarias costumam se alimentar das informações fornecidas também pelas Federações de agricultura e por órgãos técnicos especializados a exemplo do INCRA, da EMATER, da FAEMG e outras.

O que o recorrente chamou de descompasso entre os valores arbitrados pela mesma DRF/Curvelo para os lançamentos em suas propriedades no exercício de 1997 e de 1998 precisa de fato ser esclarecida.

Há uma enorme diferença entre os valores de VTN arbitrados pela mesma DRF/Curvelo no âmbito deste recurso (processo nº 10620.000.317/2001-91), referente ao ITR/97, e dos recursos 129.123 (processo nº 10620.001.322/2002-01), 129.124 (processo nº 10620.001.324/2002-47) e 129.132 (processo nº

Processo nº : 10620.000317/2001-91  
Resolução nº : 303-01.058

10620.000.324/2001-93), dois deles referentes ao ITR/98 e outro ao ITR/97, de propriedades do mesmo interessado situadas no mesmo município tendo sido arbitrado em 2001, para 1997, para as terras das fazendas situadas nessa região geográfica, R\$48,50/hectare, e no programa de fiscalização realizado no ano seguinte, em 2002, para fiscalização do ITR/98, foi completamente esquecida a observação quanto à atenuação em 50% sobre o valor médio informado pela FAEMG e ainda sensivelmente aumentado o VTN arbitrado em relação ao ITR arbitrado para exercício imediatamente anterior.

Chama a atenção que as fiscalizações procedidas em 2001 e 2002 pela mesma DRF/Curvelo levaram a arbitramentos do VTN para a mesma propriedade rural em valores muito diferentes.

Dessa forma proponho a conversão do julgamento em diligência à repartição de origem para que providencie, sob as custas do interessado, laudo da EMATER/MG justificando o VTN que atribui para as terras das fazendas localizadas no município de Carbonita/MG com referência a 01/01/1997 e a 01/01/1998, datas dos fatos geradores do ITR/97 e ITR/98 respectivamente.

Por oportuno, proponho que sejam cientificados, o recorrente e a fiscalização da DRF/Curvelo, da diligência ora determinada, para, se quiserem propor questões à EMATER/MG, bem como para opinarem depois de efetuado o laudo técnico requerido antes que estes autos sejam remetidos de volta a este Conselho de Contribuintes.

No caso deste processo renova-se a oportunidade a que o interessado seja intimado a juntar documentos que comprovem a utilização da área de produção vegetal no período de 01.01.1996 a 31.12.1996.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

  
ZENALDO LOIBMAN - Relator.